



LOGO[®]

LEASE

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Responsabilidade Civil Facultativa



Cláusula 1.ª - Definição

RESPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVA: Cobertura complementar de Responsabilidade Civil para além do montante legalmente exigido quanto à obrigação de segurar ou a que for contratada para veículos não sujeitos àquela obrigação.

Cláusula 2.ª - Âmbito da Cobertura

A presente Condição Especial garante, até ao limite definido nas Condições Particulares, o pagamento das indemnizações que excedam o capital garantido pelo seguro de Responsabilidade Civil Obrigatória e que, de acordo com a lei, sejam exigíveis ao Segurado, em consequência de responsabilidade civil extracontratual, por danos causados a terceiros, decorrente da circulação do veículo ou veículos seguros.

Cláusula 3.ª - Exclusões

1. Para além das exclusões previstas nas cláusulas 5ª e 40ª das Condições Gerais, não ficam garantidos ao abrigo da presente Condição Especial as seguintes situações:

- a) Danos causados a terceiros, em consequência de acidente de viação resultante de furto, roubo ou furto de uso;
- b) Os danos causados por um veículo rebocado a um veículo rebocador ou por este àquele ainda que ao contrato se aplique a Cláusula Particular de “Inclusão do Serviço de Reboque”;
- c) Danos ou lesões causados a pessoas transportadas, quando o veículo seguro não esteja oficialmente autorizado para o transporte de pessoas;
- d) Responsabilidade civil contratual.

2. Salvo quando expressamente previsto nas Condições Particulares, não ficarão igualmente garantidos ao abrigo da presente Condição Especial quaisquer danos causados a terceiros em consequência de acidentes ocorridos com o veículo seguro no perímetro interior de aeroportos ou aeródromos.

Cláusula 4.ª - Capital Seguro

O capital seguro garantido ao abrigo desta cobertura é o indicado nas Condições Particulares da Apólice, o qual já integra o valor correspondente ao capital mínimo obrigatório.

Cláusula 5.ª - Insuficiência de Capital

1. Se existirem vários lesados com direito a indemnização que, na sua globalidade, exceda o montante do capital seguro, os direitos dos lesados, contra o Segurador, reduzir-se-ão proporcionalmente até à concorrência daquele montante.

2. Se o Segurador, de boa-fé e por desconhecimento da existência de outras pretensões, pagar a um lesado uma indemnização de valor superior à que lhe competiria, nos termos do número anterior, não fica obrigada para com os outros lesados senão até à concorrência da parte restante do capital seguro.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Assistência em viagem

LIGHT



Cláusula 1ª. - Definições

PESSOA SEGURA

- O Tomador do Seguro, o seu cônjuge ou a pessoa que com ele viva em união de facto, ascendentes e descendentes até ao 2º grau, enteados e adoptados, que com ele coabitem e se encontrem a seu cargo;
- O condutor do veículo quando não seja uma das pessoas acima indicadas;
- Os ocupantes do veículo em caso de sinistro ocorrido com o mesmo, com excepção daqueles que forem transportados em "auto stop".

VEÍCULO SEGURO

O veículo automóvel designado nas Condições Particulares, desde que se trate de um ligeiro de passageiros, conforme definição do Código da Estrada, e possua matrícula portuguesa.

Excluem-se os veículos destinados ao transporte de animais e serviços públicos ou de aluguer de curta duração, tais como ambulâncias, táxis, veículos de instrução e carretas funerárias.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA

Entidade que organiza e presta, por conta do Segurador e a favor das Pessoas Seguras, as prestações pecuniárias ou serviços previstos nesta Condição Especial.

Cláusula 2ª. - Garantias de Assistência

Durante o período de validade da apólice, por sinistro e até aos limites fixados nas Condições Particulares, o Serviço de Assistência prestará ainda as seguintes garantias:

1. Desempanagem e reboque do veículo e transporte dos ocupantes

Em caso de acidente ou avaria do veículo seguro, que o impeçam de circular pelos seus próprios meios, o Serviço de Assistência organiza um serviço de desempanagem e reboque do veículo, bem como o transporte dos ocupantes, quando tal se justificar, **sendo os custos associados à prestação desta garantia integralmente suportados pela pessoa segura.**

Se a reparação não puder ser realizada localmente, garante o reboque desde o local da imobilização até ao local escolhido pela Pessoa Segura, desde que este se situe em Portugal.

Nos casos que impliquem remoção, o auxílio prestado está também condicionado pelos meios localmente existentes e pela gravidade do sinistro. Entende-se por remoção todo o trabalho necessário à colocação do veículo sinistrado na via em que o mesmo circulava.

2. Defesa e reclamação jurídica

a. O Serviço de Assistência compromete-se, mediante os limites fixados, a:

i. Assegurar a defesa da Pessoa Segura perante qualquer tribunal, se esta for acusada de homicídio involuntário ou de ofensas corporais involuntárias, dano culposo e infracção às leis e regras de circulação, em consequência da propriedade, guarda ou utilização do veículo seguro e no seguimento de acidente ocorrido durante o período de validade da apólice.

ii. Reclamar a reparação pecuniária dos danos corporais e/ou materiais sofridos pela Pessoa Segura, desde que resultem de um acidente enquadrável no âmbito da Responsabilidade Civil Automóvel, em que esteja envolvido o veículo seguro, e sejam da responsabilidade de uma pessoa diferente do Aderente ou de qualquer outra Pessoa Segura da apólice;

iii. Prestar assistência à Pessoa Segura no caso de reparações defeituosas do veículo seguro, somente no Estrangeiro e em sequência de acidente ocorrido com o veículo.

b. Competirá ao Serviço de Assistência dirigir todas as diligências, negociações e procedimentos, escolher os seus peritos, médicos, conselheiros, advogados ou outros. A Pessoa Segura poderá, no entanto, associar à sua defesa peritos, conselheiros ou advogados da sua escolha, com despesas a seu cargo, cujos pareceres não vincularão o Serviço de Assistência.

c. Para além de outras exclusões previstas neste contrato, o Serviço de Assistência não intentará acção judicial ou não recorrerá de uma decisão judicial quando:

i. Considerar que tal não apresenta suficientes probabilidades de sucesso;

ii. Por informações obtidas, tenha conhecimento que o Terceiro considerado responsável é insolvente;

iii. O valor dos prejuízos não exceda a importância mínima para se intentar uma acção;

iv. Considerar justa e suficiente a proposta feita pelo Terceiro;

v. Existir um litígio resultante de reparações defeituosas do veículo seguro em Portugal e/ou em caso de avaria;

vi. Existir uma infracção às regras de circulação em Portugal.



A Pessoa Segura pode ainda assim intentar ou prosseguir a acção a expensas suas, sendo reembolsada pelo Serviço de Assistência das despesas legitimamente efectuadas, após trânsito em julgado da respectiva sentença, salvo nos casos ii, iii, v e vi.

Para activar esta garantia, a Pessoa Segura deverá participar previamente o acidente à sua Companhia de Seguros e solicitar a intervenção do Serviço de Assistência no prazo máximo de seis (6) meses a contar da data do acidente, salvo em casos de força maior demonstrada.

3. Adiantamento de cauções penais

a. **Custas processuais:** o Serviço de Assistência avança, a título de adiantamento, as cauções penais que sejam exigidas ao condutor para garantir as custas processuais em procedimento criminal que contra ele seja movido, em consequência de acidente de viação com o veículo seguro e até ao limite fixado.

b. **Liberdade provisória:** o Serviço de Assistência avança ainda, a título de adiantamento, a caução que seja exigida para garantia da liberdade provisória da Pessoa Segura ou comparência no julgamento, em resultado de procedimento criminal consequente de acidente de viação com o veículo seguro.

Estas importâncias adiantadas, mediante garantia idónea e bastante, quer para custas processuais quer para garantia de liberdade provisória, deverão ser reembolsadas ao Serviço de Assistência no prazo máximo de três (3) meses ou logo após a sua restituição pelo Tribunal, consoante o que ocorra primeiro.

Cláusula 3ª. - Exclusões

Para além das exclusões previstas nas Condições Gerais aplicáveis à presente garantia, ficam ainda excluídos os encargos ou prestações relacionados com:

- a. Acontecimentos em que o Serviço de Assistência não tenha sido chamado a intervir, na altura em que ocorreram, salvo em casos de força maior ou impossibilidade material demonstrada;
- b. Sinistros ocorridos quando o veículo seguro se encontre a ser utilizado em trabalhos industriais ou agrícolas, nas áreas restritas em que essas actividades estejam a ser desenvolvidas;
- c. Sinistros ocorridos quando o veículo seguro esteja a ser utilizado em serviço de reboque;
- d. Sinistros resultantes de circulação em locais não reconhecidos como acessíveis ao veículo seguro;
- e. Avarias causadas por negligência da Pessoa Segura;
- f. Serviços não previstos explicitamente nas garantias acima descritas;
- g. Operações de salvamento;
- h. Sinistros ocorridos durante ou em consequência da prática de desportos motorizados e da prática de competição em geral, quer na competição em si, quer em treinos, apostas e desafios;
- i. Reparações, incluindo custo de mão-de-obra e peças;
- j. Multas e portagens;
- k. Carga e respectivo transbordo;
- l. Transporte de ocupantes que não viajassem no veículo no momento da imobilização;
- m. Transporte de animais domésticos, sempre que estes revelem perigosidade, e custos com materiais necessários a este transporte;
- n. Danos existentes no veículo em momento anterior ao da intervenção do Serviço de Assistência, bem como os sofridos após a sua finalização;
- o. Sinistros e danos não comprovados pelo Serviço de Assistência;
- p. Furto ou roubo de objectos e acessórios no interior do veículo transportado não declarados expressamente antes da intervenção.
- q. Os sinistros que tenham ocorrido anteriormente ao início do contrato, ainda que as suas consequências se tenham prolongado para além dessa data;
- r. Os sinistros ocorridos fora da data de validade do contrato;
- s. Os sinistros, e suas consequências, causados por acções criminais, dolo, suicídio consumado ou lesão contra si próprio, por parte das Pessoas Seguras;
- t. Os sinistros ocorridos em consequência de demência, influência de álcool do condutor, nos termos da legislação sobre condução automóvel, ingestão de drogas e estupefacientes sem prescrição médica;
- u. Os sinistros ocorridos quando um veículo for conduzido por pessoa não legalmente habilitada;
- v. Os sinistros derivados de acontecimentos de guerra, hostilidade entre países, sabotagem, rebelião, actos de terrorismo, tumultos, insurreição, distúrbios laborais e demais perturbações da ordem pública;



w.Os sinistros causados por tremores de terra, erupções vulcânicas, inundações ou quaisquer outros cataclismos;

x.Os sinistros causados por engenhos explosivos ou incendiários;

y.Os sinistros derivados, directa ou indirectamente, da desintegração ou fusão do núcleo de átomos, aceleração de partículas e radioactividade;

z.Situações de doença infecto-contagiosa com perigo para a saúde pública, no respeito de orientações técnicas emanadas da O.M.S..

Cláusula 4ª. - Procedimentos em caso de sinistro

É condição indispensável para usufruir das garantias deste contrato que as Pessoas Seguras, em caso de sinistro:

- a. Contactem imediatamente o Serviço de Assistência, caracterizando a ocorrência e fornecendo todas as informações necessárias para a prestação da assistência solicitada;
- b. Sigam as instruções do Serviço de Assistência e tomem as medidas necessárias e possíveis para impedir o agravamento das consequências do sinistro;
- c. Obtenham o acordo do Serviço de Assistência antes de assumirem qualquer decisão ou despesa;
- d. Satisfaçam, em qualquer altura, os pedidos de informação solicitados pelo Serviço de Assistência, remetendo-lhe prontamente todos os avisos, convocações ou citações que recebam;
- e. Recolham e facultem ao Serviço de Assistência os elementos relevantes para a efectivação da responsabilidade de terceiros, quando for o caso.

Cláusula 5ª. - Duração

Sem prejuízo do disposto nas Condições Gerais, as garantias, em relação a cada Pessoa Segura, caducarão automaticamente na data em que:

- a. O Tomador do Seguro ou a Pessoa Segura, quando diferente do Tomador, deixarem de ter residência habitual e fiscal fixada em Portugal;
- b. Se inicie o trabalho regular da Pessoa Segura no estrangeiro;
- c. A ausência de Portugal da Pessoa Segura completar 60 dias.

Cláusula 6ª. - Sub-rogação

Após o pagamento ou prestação dos serviços, o Segurador fica sub-rogado nos correspondentes direitos do Segurado, Aderente ou Pessoa Segura, contra quaisquer terceiros responsáveis que não sejam também pessoas seguras ao abrigo da mesma adesão.

Cláusula 7ª. - Âmbito Territorial

As garantias do presente contrato são válidas única e exclusivamente em Portugal, excepto se, por conflitos internos, situações de guerra ou outros motivos de força maior não imputáveis ao Serviço de Assistência, se tornar neles impossível garantir uma prestação de serviços segura e eficaz.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Assistência em viagem

LIGHT



CONDIÇÕES PARTICULARES DE ASSISTÊNCIA EM VIAGEM - LIGHT

GARANTIAS DE ASSISTÊNCIA	LIMITES POR SINISTRO
Desempanagem e reboque do veículo Acesso ao serviço	Ilimitado (Custos suportados pela Pessoa Segura)
Transporte dos ocupantes Acesso ao serviço	Ilimitado (Custos suportados pela Pessoa Segura)
Defesa e reclamação jurídica Valor máximo indemnizável	
Defesa da pessoa segura em processo penal	€ 6.000
Reclamação jurídica	Ilimitado
Valor mínimo para intentar a acção judicial	€ 750
Adiantamento de caucões penais Valor máximo de adiantamento	
Custas processuais	€ 750
Liberdade provisória	€ 3.000

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Assistência em viagem

NORMAL



Cláusula 1ª. - Definições

PESSOA SEGURA

- O Tomador do Seguro, o seu cônjuge ou a pessoa que com ele viva em união de facto, ascendentes e descendentes até ao 2º grau, enteados e adoptados, que com ele coabitem e se encontrem a seu cargo;
- O condutor do veículo quando não seja uma das pessoas acima indicadas;
- Os ocupantes do veículo em caso de sinistro ocorrido com o mesmo, com excepção daqueles que forem transportados em "auto stop".

VEÍCULO SEGURO

O veículo automóvel designado nas Condições Particulares, e que satisfaça as seguintes condições:

- a) Viatura ligeira ou mista, com matrícula portuguesa;
- b) Peso bruto inferior a 3.500kg (incluindo o atrelado) ou cujo número de lugares sentados, incluindo o do condutor, não seja superior a nove.

Excluem-se os veículos destinados ao transporte de animais e serviços públicos ou de aluguer de curta duração, tais como ambulâncias, táxis, veículos de instrução e carretas funerárias.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA

Entidade que organiza e presta, por conta do Segurador e a favor das Pessoas Seguras, as prestações pecuniárias ou serviços previstos nesta Condição Especial.

Cláusula 2ª. - Garantias de Assistência às Pessoas

Em caso de acidente ou doença súbita e imprevisível, ocorridos durante o período de validade da apólice, por sinistro e até aos limites fixados nas Condições Particulares, o Serviço de Assistência prestará as seguintes garantias:

1. Despesas médicas, cirúrgicas, farmacêuticas e de hospitalização no estrangeiro

Se a Pessoa Segura necessitar de assistência médica, cirúrgica, farmacêutica ou hospitalar, o Segurador garante até ao limite fixado nas Condições Particulares:

- a) As despesas e honorários médicos e cirúrgicos;
- b) Os gastos farmacêuticos prescritos por médico;
- c) Os gastos de hospitalização.

Em caso de hospitalização, a Pessoa Segura deve providenciar o aviso ao Serviço de Assistência no próprio dia, ou o mais tardar nas 48 horas seguintes, salvo demonstrada impossibilidade física.

A partir do momento em que o repatriamento da Pessoa Segura seja clinicamente possível e aconselhável, o Serviço de Assistência deixa de garantir os gastos de hospitalização.

O Serviço de Assistência suporta uma intervenção cirúrgica apenas nos casos em que não se possa aguardar pelo regresso da Pessoa Segura a Portugal, dado o carácter urgente e inadiável daquela intervenção.

2. Acompanhamento da Pessoa Segura hospitalizada

Se durante o decorrer da viagem se verificar a hospitalização súbita e imprevisível da Pessoa Segura, e se o seu estado não aconselhar o repatriamento ou regresso imediato, o Serviço de Assistência garante as despesas de alojamento em hotel, não inicialmente previstas, de um familiar ou pessoa por ela designada, que se encontre já no local, para a acompanhar.

O Serviço de Assistência encarrega-se ainda do regresso deste acompanhante ao seu domicílio em Portugal, caso não possam ser utilizados os meios inicialmente previstos.

Esta garantia está estritamente sujeita ao parecer da equipa médica do Serviço de Assistência.

3. Transporte de ida e volta para familiar e respectiva estadia

Se a Pessoa Segura viajar sem acompanhante, e o período de hospitalização se preveja de duração superior a cinco (5) dias, o Serviço de Assistência garante os custos de transporte de ida e volta para um familiar, com partida de Portugal, de modo a que possa ficar junto dela. Neste caso, o Serviço de Assistência garante ainda as suas despesas de alojamento.

4. Prolongamento de estadia em hotel

Se o estado de saúde da Pessoa Segura não justificar hospitalização ou transporte sanitário, e se o seu regresso não se puder efectuar na data inicialmente prevista, o Serviço de Assistência garante as despesas efectivamente realizadas com alojamento em hotel, desde que não inicialmente previstas, para esta e para uma pessoa que a fique a acompanhar.

Quando o seu estado de saúde o permitir, o Serviço de Assistência encarrega-se do regresso da Pessoa Segura, bem como do seu eventual acompanhante, ao seu domicílio em Portugal, caso não possam ser utilizados os meios inicialmente previstos.



Esta garantia está estritamente sujeita ao parecer da equipa médica do Serviço de Assistência.

5. Repatriamento ou transporte sanitário de feridos ou doentes e vigilância médica

a. Quando a situação clínica o justifique, o Serviço de Assistência garante:

i. As despesas de transporte em ambulância, ou outro meio considerado adequado, desde o local da ocorrência até à clínica ou hospital mais próximo;

ii. As despesas de transporte numa eventual transferência da Pessoa Segura para outro centro hospitalar mais apropriado ou até ao seu domicílio em Portugal.

b. O Serviço de Assistência garante ainda a vigilância por parte da sua equipa médica, em colaboração com o médico assistente da Pessoa Segura, para determinação das medidas convenientes ao melhor tratamento a seguir e do meio mais apropriado para eventual transferência.

c. Qualquer transporte ou repatriamento sanitário, e eventual acompanhamento médico, deve respeitar as normas sanitárias em vigor e apenas efectuar-se com o prévio acordo entre o médico assistente da Pessoa Segura e a equipa médica do Serviço de Assistência. A declaração do médico assistente não é garantia bastante.

d. O meio de transporte a utilizar será definido pela equipa médica do Serviço de Assistência.

6. Transporte ou repatriamento após morte de Pessoa Segura

Em caso de falecimento da Pessoa Segura, por acidente ou doença súbita e imprevisível, o Serviço de Assistência garante as despesas com as formalidades a efectuar no local, incluindo as do transporte ou repatriamento do corpo até ao local de enterro em Portugal.

Se, por motivos administrativos, for necessária localmente a inumação provisória ou definitiva, o Serviço de Assistência suporta as despesas de transporte de um familiar, se este não se encontrar já no local, para se deslocar desde o seu domicílio em Portugal até ao local da inumação, bem como as despesas do seu alojamento.

7. Transporte ou repatriamento das restantes Pessoas Seguras

Tenho havido repatriamento ou transporte de uma ou mais Pessoas Seguras por motivo de falecimento, regresso antecipado nos termos deste contrato, acidente ou doença súbita e imprevisível, e se por este facto não for possível o regresso das restantes pelos meios inicialmente previstos, o Serviço de Assistência garante o transporte das mesmas até ao seu domicílio em Portugal.

8. Regresso antecipado das Pessoas Seguras

Se, no decurso de uma viagem, falecer em Portugal o cônjuge, ou pessoa com quem coabite em termos de permanência, um seu ascendente ou descendente até ao 2º grau, adoptados, irmãos, sogros ou cunhados do Aderente, e no caso do meio utilizado para a sua viagem ou bilhete adquirido não lhe permitir a antecipação do regresso, o Serviço de Assistência suporta as despesas com o transporte de regresso, desde o local de estadia até ao domicílio ou até ao local de inumação em Portugal.

Esta garantia está prevista ainda no caso de um daqueles membros da família do Aderente sofrer de acidente ou doença súbita e imprevisível em Portugal, cuja gravidade, a confirmar pelo médico do Serviço de Assistência depois de contacto com o médico assistente, exija a sua presença urgente e imperiosa.

9. Transporte de bagagens pessoais

Na sequência de furto, roubo, extravio ou repatriamento da Pessoa Segura, o Serviço de Assistência organiza e suporta o custo do transporte das suas bagagens pessoais até ao local onde aquela se encontra ou até ao seu domicílio em Portugal, desde que se encontrem devidamente embaladas e em condições de transporte.

O peso máximo das bagagens fica sujeito ao limite imposto pelas diversas companhias aéreas ou rodoviárias.

10. Adiantamento de fundos no estrangeiro

Em caso de roubo participado às autoridades, ou extravio de bagagem e valores monetários, não recuperados no prazo de 24 horas, o Serviço de Assistência adianta as verbas necessárias para substituição dos bens desaparecidos, mediante depósito prévio ou cheque visado de idêntico valor.

11. Pagamento de despesas de comunicação

O Serviço de Assistência garante a transmissão de mensagens urgentes nacionais ou internacionais para familiares, desde que relacionadas com um sinistro coberto pelas presentes garantias.

Suporta ainda, mediante comprovativo, os custos de comunicações com os seus serviços, desde que estas sejam efectuadas pela Pessoa Segura.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Assistência em viagem

NORMAL



Cláusula 3ª. - Garantias de Assistência ao Veículo Seguro e seus Ocupantes

Durante o período de validade da apólice, por sinistro e até aos limites fixados nas Condições Particulares, o Serviço de Assistência prestará ainda as seguintes garantias:

1. Desempanagem e reboque do veículo

Em caso de acidente ou avaria do veículo seguro, que o impeçam de circular pelos seus próprios meios, o Serviço de Assistência organiza um serviço de desempanagem.

Se a reparação não puder ser realizada localmente, garante o reboque desde o local da imobilização até ao local escolhido pela Pessoa Segura (em Portugal) ou até à oficina ou concessionário mais próximo (no Estrangeiro), respeitando sempre os limites fixados nas Condições Particulares.

Nos casos que impliquem remoção, o auxílio prestado está, para além do limite previsto para esta garantia, também condicionado pelos meios localmente existentes e pela gravidade do sinistro. Entende-se por remoção todo o trabalho necessário à colocação do veículo sinistrado na via em que o mesmo circulava.

Se a Pessoa Segura tiver ficado impossibilitada de contactar o Serviço de Assistência na sequência de ferimentos derivados de acidente com o veículo, o Serviço de Assistência reembolsará os custos de reboque até ao limite definido nas Condições Particulares.

2. Transporte do veículo

O Serviço de Assistência, quando o veículo seguro:

- Em consequência de roubo, avaria ou acidente, precisar de uma imobilização efectiva para reparação superior a três (3) dias;
- Ainda em caso de roubo, esteja imobilizado e seja recuperado depois do regresso da Pessoa Segura, antes de decorridos seis (6) meses a contar da data do roubo;

suporta as despesas de transporte do veículo até uma oficina próxima do domicílio do Aderente em Portugal ou até ao seu local de destino inicialmente previsto, desde que estes últimos gastos não sejam superiores aos primeiros.

O transporte até uma oficina próxima do domicílio não é acumulável com o transporte até ao destino inicial da viagem, e vice-versa.

O Serviço de Assistência não será obrigado a efectuar o repatriamento ou transporte do veículo, suportando apenas as despesas com o seu abandono legal, quando o valor da reparação, de acordo com a informação dada pela oficina ou concessionário do local onde o sinistro ocorreu, exceda o seu valor venal em Portugal.

Em alternativa ao abandono legal do veículo, e caso a Pessoa Segura decida proceder ao seu transporte para Portugal, o Serviço de Assistência participará no valor do mesmo, até ao limite definido nas Condições Particulares para perda total.

3. Alojamento dos ocupantes do veículo

Quando o veículo seguro, imobilizado por acidente ou avaria, não for reparável no mesmo dia, o Serviço de Assistência suporta, até aos limites fixados, os custos de alojamento dos respectivos ocupantes, desde que não inicialmente previstos, pelo período em que estejam a aguardar a reparação.

Esta garantia não é acumulável com a garantia de transporte dos ocupantes do veículo.

4. Transporte dos ocupantes do veículo

O Serviço de Assistência, quando o veículo seguro:

- Em consequência de roubo, avaria ou acidente, precisar de uma imobilização efectiva para reparação superior a três (3) dias;
- Ainda em caso de roubo, não seja encontrado no próprio dia, suporta as despesas de transporte dos respectivos ocupantes até ao domicílio do Aderente em Portugal ou até ao seu local de destino inicialmente previsto, desde que estes últimos gastos não sejam superiores aos primeiros.

Esta garantia não é acumulável com a garantia de alojamento dos ocupantes do veículo.

O regresso ao domicílio também não é compatível com o prosseguimento de viagem até ao destino inicialmente previsto, e vice-versa.

5. Recuperação do veículo

Verificando-se o direito ao usufruto da garantia de transporte do veículo, e caso a Pessoa Segura opte, em alternativa, por repará-lo no local da ocorrência, o Serviço de Assistência suporta as despesas de transporte para que o condutor designado possa ir do seu domicílio até ao local onde o veículo tiver sido reparado.

Este transporte do condutor designado é também garantido, ainda no caso de roubo, se o veículo for posteriormente encontrado em bom estado de marcha.



6. Envio de peças de substituição

O Serviço de Assistência encarrega-se do envio, pelo meio mais adequado, das peças necessárias para a reparação do veículo seguro, desde que não seja possível obtê-las localmente.

São da responsabilidade do Serviço de Assistência os gastos com o transporte.

A Pessoa Segura deverá liquidar o custo das peças, bem como os eventuais direitos aduaneiros correspondentes.

Quando a entrega das peças for feita no estrangeiro, e houver necessidade de rapidez, serão as mesmas transportadas até à alfândega aeroportuária mais próxima do local onde se encontrar a Pessoa Segura.

São igualmente da responsabilidade do Serviço de Assistência as despesas de transporte necessárias ao levantamento das peças.

7. Envio de motorista profissional

Em caso de acidente ou doença súbita e imprevisível, que resultem em incapacidade de condução devidamente confirmada por um médico no local da ocorrência, ou em caso de falecimento do condutor, e desde que nenhum dos restantes ocupantes o possa substituir, o Serviço de Assistência garante o transporte dos mesmos até ao seu domicílio em Portugal ou até ao local de destino inicialmente previsto, desde que estes últimos gastos não sejam superiores aos primeiros.

Este transporte é efectuado recorrendo ao veículo seguro, através de um motorista designado pelo Serviço de Assistência, sendo da sua responsabilidade as despesas exclusivamente relacionadas com aquele profissional, como alojamento, transporte, alimentação e honorários.

8. Transporte de bagagens pessoais

Havendo transporte das Pessoas Seguras nos termos descritos neste contrato, o Serviço de Assistência organiza e suporta o custo do transporte das suas bagagens pessoais até ao local onde aquelas se encontram ou até ao seu domicílio em Portugal, desde que se encontrem devidamente embaladas e em condições de transporte.

O peso máximo das bagagens fica sujeito ao limite imposto pelas diversas companhias aéreas ou rodoviárias.

9. Defesa e reclamação jurídica

a. O Serviço de Assistência compromete-se, mediante os limites fixados, a:

i. Assegurar a defesa da Pessoa Segura perante qualquer tribunal, se esta for acusada de homicídio involuntário ou de ofensas corporais involuntárias, dano culposo e infracção às leis e regras de circulação, em consequência da propriedade, guarda ou utilização do veículo seguro e no seguimento de acidente ocorrido durante o período de validade da apólice.

ii. Reclamar a reparação pecuniária dos danos corporais e/ou materiais sofridos pela Pessoa Segura, desde que resultem de um acidente enquadrável no âmbito da Responsabilidade Civil Automóvel, em que esteja envolvido o veículo seguro, e sejam da responsabilidade de uma pessoa diferente do Aderente ou de qualquer outra Pessoa Segura da apólice;

iii. Prestar assistência à Pessoa Segura no caso de reparações defeituosas do veículo seguro, somente no Estrangeiro e em sequência de acidente ocorrido com o veículo.

b. Competirá ao Serviço de Assistência dirigir todas as diligências, negociações e procedimentos, escolher os seus peritos, médicos, conselheiros, advogados ou outros. A Pessoa Segura poderá, no entanto, associar à sua defesa peritos, conselheiros ou advogados da sua escolha, com despesas a seu cargo, cujos pareceres não vincularão o Serviço de Assistência.

c. Para além de outras exclusões previstas neste contrato, o Serviço de Assistência não intentará acção judicial ou não recorrerá de uma decisão judicial quando:

i. Considerar que tal não apresenta suficientes probabilidades de sucesso;

ii. Por informações obtidas, tenha conhecimento que o Terceiro considerado responsável é insolvente;

iii. O valor dos prejuízos não exceda a importância mínima para se intentar uma acção;

iv. Considerar justa e suficiente a proposta feita pelo Terceiro;

v. Existir um litígio resultante de reparações defeituosas do veículo seguro em Portugal e/ou em caso de avaria;

vi. Existir uma infracção às regras de circulação em Portugal.

A Pessoa Segura pode ainda assim intentar ou prosseguir a acção a expensas suas, sendo reembolsada pelo Serviço de Assistência das despesas legitimamente efectuadas, após trânsito em julgado da respectiva sentença, salvo nos casos ii, iii, v e vi.

Para activar esta garantia, a Pessoa Segura deverá participar previamente o acidente à sua Companhia de Seguros e solicitar a intervenção do Serviço de Assistência no prazo máximo de seis (6) meses a contar da data do acidente, salvo em casos de força maior demonstrada.



10. Adiantamento de cauções penais

- a) **Custas processuais:** o Serviço de Assistência avança, a título de adiantamento, as cauções penais que sejam exigidas ao condutor para garantir as custas processuais em procedimento criminal que contra ele seja movido, em consequência de acidente de viação com o veículo seguro e até ao limite fixado.
- b) **Liberdade provisória:** o Serviço de Assistência avança ainda, a título de adiantamento, a caução que seja exigida para garantia da liberdade provisória da Pessoa Segura ou comparência no julgamento, em resultado de procedimento criminal consequente de acidente de viação com o veículo seguro.

Estas importâncias adiantadas, mediante garantia idónea e bastante, quer para custas processuais quer para garantia de liberdade provisória, deverão ser reembolsadas ao Serviço de Assistência no prazo máximo de três (3) meses ou logo após a sua restituição pelo Tribunal, consoante o que ocorra primeiro.

Cláusula 4ª. - Exclusões

Para além das exclusões previstas nas Condições Gerais aplicáveis à presente garantia, ficam ainda excluídos os encargos ou prestações relacionados com:

1. Exclusão de carácter geral

- a. Acontecimentos em que o Serviço de Assistência não tenha sido chamado a intervir, na altura em que ocorreram, salvo em casos de força maior ou impossibilidade material demonstrada;
- b. Sinistros ocorridos durante ou em consequência da prática de desportos motorizados e da prática de competição em geral, quer na competição em si, quer em treinos, apostas e desafios;
- c. Os sinistros que tenham ocorrido anteriormente ao início do contrato, ainda que as suas consequências se tenham prolongado para além dessa data;
- d. Os sinistros ocorridos fora da data de validade do contrato;
- e. Os sinistros, e suas consequências, causados por acções criminais, dolo, suicídio consumado ou lesão contra si próprio, por parte das Pessoas Seguras;
- f. Os danos sofridos pelas Pessoas Seguras em consequência de demência, influência de álcool nos termos da legislação sobre condução automóvel, ingestão de drogas e estupefacientes sem prescrição médica;
- g. Os sinistros ocorridos quando um veículo for conduzido por pessoa não legalmente habilitada;
- h. Os sinistros derivados de acontecimentos de guerra, hostilidade entre países, sabotagem, rebelião, actos de terrorismo, tumultos, insurreição, distúrbios laborais e demais perturbações da ordem pública;
- i. Os sinistros causados por tremores de terra, erupções vulcânicas, inundações ou quaisquer outros cataclismos;
- j. Os sinistros causados por engenhos explosivos ou incendiários;
- k. Os sinistros derivados, directa ou indirectamente, da desintegração ou fusão do núcleo de átomos, aceleração de partículas e radioactividade;
- l. Situações de doença infecto-contagiosa com perigo para a saúde pública, no respeito de orientações técnicas emanadas da O.M.S..

2. Exclusões relativas às garantias de Assistência a Pessoas:

- a. Sinistros ocorridos durante ou em consequência da prática de desporto profissional e de actividades de alto risco, tais como *ski* de neve, motonáutica, paraquedismo, alpinismo, montanhismo, artes marciais, espeleologia e mergulho;
- b. Operações de salvamento;
- c. Alojamento inicialmente previsto e alimentação;
- d. Despesas médicas, cirúrgicas, farmacêuticas e de hospitalização em Portugal;
- e. Intervenções cirúrgicas não urgentes;
- f. Despesas de medicina preventiva, vacinas ou similares;
- g. Despesas de medicina alternativa ou curas tradicionais;
- h. Fisioterapia não urgente, curas termais, de repouso, tratamentos estéticos e *checkups*;
- i. Doença crónica ou pré-existente, distúrbio psiquiátrico e recaídas de doenças anteriormente diagnosticadas;
- j. Lesões resultantes de intervenções cirúrgicas ou outros actos médicos não motivados por sinistro garantido pelo contrato;
- k. Assistência médica do foro da estomatologia, salvo tratamento provisório de traumatologia oral;
- l. Assistência médica ligada à gravidez e ao parto, salvo a requerida durante o 1º trimestre na sequência de complicações imprevisíveis da gravidez;



m. Urna, funeral e cerimónia fúnebre;

n. Próteses, bengalas, muletas (canadianas) e qualquer outro tipo de material ortopédico, óculos, lentes de contacto, implantes e similares;

o. Bagagem que não respeite os requisitos acima estipulados;

p. Furto ou roubo que não tenham sido participados às autoridades no prazo de 24 horas e confirmados por escrito.

3. Exclusões relativas às garantias de Assistência aos Veículos e seus Ocupantes:

a. Situações em que o veículo seguro possa circular pelos seus próprios meios;

b. Sinistros ocorridos quando o veículo seguro se encontra a ser utilizado em trabalhos industriais ou agrícolas, nas áreas restritas em que essas actividades estejam a ser desenvolvidas;

c. Sinistros ocorridos quando o veículo seguro esteja a ser utilizado em serviço de reboque;

d. Sinistros resultantes de circulação em locais não reconhecidos como acessíveis ao veículo seguro;

e. Avarias causadas por negligência da Pessoa Segura;

f. Serviços não previstos explicitamente nas garantias acima descritas;

g. Operações de salvamento;

h. Avarias sucessivas causadas pela falta de reparação do veículo seguro após intervenção do Serviço de Assistência;

i. Furto ou roubo que não tenham sido participados às autoridades no prazo de 24 horas e confirmados por escrito;

j. Furo de pneus, perda e roubo de chaves de veículo seguro, falta e troca de combustível;

k. Reparações, incluindo custo de mão-de-obra e peças;

l. Indisponibilidade de oficinas para execução de reparações;

m. Despesas com combustível;

n. Franquias, coberturas adicionais e cauções de combustível a liquidar às empresas de aluguer de viaturas;

o. Multas e portagens;

p. Carga e respectivo transbordo, bem como bagagem que não respeite os requisitos acima estipulados;

q. Transporte de ocupantes que não viajassem no veículo no momento da imobilização;

r. Transporte de animais domésticos, sempre que estes revelem perigosidade, e custos com materiais necessários a este transporte;

s. Parqueamento do veículo seguro, quando aguardando uma decisão por parte da Pessoa Segura, resultante de uma reparação ou de uma data anterior à intervenção do Serviço de Assistência;

t. Alojamento inicialmente previsto e alimentação;

u. Danos existentes no veículo em momento anterior ao da intervenção do Serviço de Assistência, bem como os sofridos após a sua finalização;

v. Sinistros e danos não comprovados pelo Serviço de Assistência;

w. Furto ou roubo de objectos e acessórios no interior do veículo transportado não declarados expressamente antes da intervenção.

Cláusula 5ª. - Procedimentos em caso de sinistro

É condição indispensável para usufruir das garantias deste contrato que as Pessoas Seguras, em caso de sinistro:

a. Contactem imediatamente o Serviço de Assistência, caracterizando a ocorrência e fornecendo todas as informações necessárias para a prestação da assistência solicitada;

b. Sigam as instruções do Serviço de Assistência e tomem as medidas necessárias e possíveis para impedir o agravamento das consequências do sinistro;

c. Obtenham o acordo do Serviço de Assistência antes de assumirem qualquer decisão ou despesa;

d. Satisfaçam, em qualquer altura, os pedidos de informação solicitados pelo Serviço de Assistência, remetendo-lhe prontamente todos os avisos, convocações ou citações que recebam;

e. Recolham e facultem ao Serviço de Assistência os elementos relevantes para a efectivação da responsabilidade de terceiros, quando for o caso.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Assistência em viagem

NORMAL



Cláusula 6ª. - Reembolsos de Transportes não utilizados

As Pessoas Seguras que tenham utilizado prestações de transportes previstos no presente contrato ficam obrigadas a promover as diligências necessárias à recuperação de bilhetes de transporte não utilizados e a entregar à LOGO as importâncias recuperadas.

Cláusula 7ª. - Complementaridade

As prestações e indemnizações prestadas são pagas em excesso e complementarmente a outros contratos de seguro já existentes e cobrindo os mesmos riscos, ou às participações da Segurança Social a que a Pessoa Segura tenha direito.

A Pessoa Segura obriga-se a promover todas as diligências necessárias à obtenção daquelas prestações e a devolvê-las à LOGO no caso e na medida em que esta as houver adiantado, assim como das participações da Segurança Social ou de qualquer outra instituição a que tiver direito.

Cláusula 8ª. - Duração

Sem prejuízo do disposto nas Condições Gerais, as garantias, em relação a cada Pessoa Segura, caducarão automaticamente na data em que:

- a. O Tomador do Seguro ou a Pessoa Segura, quando diferente do Tomador, deixarem de ter residência habitual e fiscal fixada em Portugal;
- b. Se inicie o trabalho regular da Pessoa Segura no estrangeiro;
- c. A ausência de Portugal da Pessoa Segura completar 60 dias.

Cláusula 9ª. - Sub-rogação

Após o pagamento ou prestação dos serviços, o Segurador fica sub-rogado nos correspondentes direitos do Segurado, Aderente ou Pessoa Segura, contra quaisquer terceiros responsáveis que não sejam também pessoas seguras ao abrigo da mesma adesão.

Cláusula 10ª. - Âmbito Territorial

As garantias do presente contrato são válidas nos países indicadas em Anexo, excepto se, por conflitos internos, situações de guerra ou outros motivos de força maior não imputáveis ao Serviço de Assistência, se tornar neles impossível garantir uma prestação de serviços segura e eficaz.

a) Garantias de Assistência às Pessoas:

Em todo o Mundo, conforme lista indicada em Anexo, a partir da residência da Pessoa Segura, salvo estipulação em contrário nas Condições Particulares;

b) Garantias de Assistência ao Veículo Seguro e seus Ocupantes:

Em Portugal a partir da residência da Pessoa Segura ou da sede do Tomador do Seguro, na Europa e nos seguintes países da bacia do Mediterrâneo: Marrocos, Tunísia, Israel e Turquia, salvo estipulação em contrário nas Condições Particulares;

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Assistência em viagem

NORMAL



CONDIÇÕES PARTICULARES DE ASSISTÊNCIA EM VIAGEM - NORMAL

GARANTIAS DE ASSISTÊNCIA A PESSOAS	LIMITES POR SINISTRO
Pagamento de despesas médicas, cirúrgicas, farmacêuticas e de hospitalização no estrangeiro Valor máximo indemnizável	€ 3.000
Acompanhamento da Pessoa Segura hospitalizada Valor máximo indemnizável Por dia Indemnização máxima	€ 40 € 400
Transporte de ida e volta para um familiar e respectiva estada Valor máximo indemnizável Transporte Estada Por dia Indemnização máxima	Ilimitado € 40 € 400
Prolongamento de estada em hotel Valor máximo indemnizável Por dia e por pessoa Indemnização máxima	€ 40 € 400
Transporte ou repatriamento sanitário de feridos e doentes e vigilância médica Transporte	Ilimitado
Transporte ou repatriamento após morte da Pessoa Segura Transporte	Ilimitado
Transporte ou repatriamento das restantes Pessoas Seguras Transporte	Ilimitado
Regresso antecipado das Pessoas Seguras Transporte	Ilimitado
Adiantamento de fundos no estrangeiro Valor máximo de adiantamento	€ 1.500
Pagamento de despesas de comunicação Valor máximo indemnizável	Ilimitado

Nota Importante:

Em todas as garantias que envolvam uma **prestação médica**, a equipa médica do Serviço de Assistência terá sempre um papel de coordenação e decisão final relativamente aos procedimentos a adoptar na sequência de um sinistro.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Assistência em viagem

NORMAL



CONDIÇÕES PARTICULARES DE ASSISTÊNCIA EM VIAGEM - NORMAL

GARANTIAS DE ASSISTÊNCIA AO VEÍCULO E SEUS OCUPANTES	LIMITES POR SINISTRO
Desempanagem e reboque do veículo	
Valor máximo indemnizável	€ 150
Transporte do veículo	
Valor máximo indemnizável	
Transporte	Ilimitado
Recolha	€ 125
Alojamento dos ocupantes do veículo	
Valor máximo indemnizável	
Por dia e por pessoa	€ 40
Indemnização máxima	€ 400
Transporte dos ocupantes do veículo	
Valor máximo indemnizável	
Transporte	Ilimitado
Aluguer de veículo	€ 250 / 48 Horas
Recuperação do veículo	
Valor máximo indemnizável	Ilimitado
Envio de peças de substituição	
Valor máximo indemnizável	Ilimitado
Envio de motorista profissional	
Valor máximo indemnizável	Ilimitado
Transporte de bagagens pessoais	
Valor máximo indemnizável	Ilimitado
Defesa e reclamação jurídica	
Valor máximo indemnizável	
Defesa da pessoa segura em processo penal	€ 6.000
Reclamação jurídica	Ilimitado
Valor mínimo para intentar a acção judicial	€ 750
Adiantamento de cauções penais	
Valor máximo de adiantamento	
Custas processuais	€ 750
Liberdade provisória	€ 3.000

Nota Importante:

Nas prestações de transporte dos ocupantes do veículo seguro o meio preferencialmente atribuído é a viatura de aluguer, desde que disponível no local. Em todos os casos cabe ao Serviço de Assistência a gestão e optimização dos meios.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Assistência em viagem

NORMAL



Lista de Países para efeitos do disposto na Cláusula 10ª - Âmbito Territorial

ÁFRICA DO SUL	COSTA RICA	LESOTO	REPÚBLICA DOMINICANA
ANGOLA	CUBA	LÍBANO	REUNIÃO
ANGUILLA	DJIBUTI	LIBÉRIA	S. CRISTÓVÃO E NEVIS
ANTÍGUA E BARBUDA	DOMINICA	LÍBIA	S. PEDRO E MIQUELON
ANTILHAS HOLANDESAS	EGIPTO	MACAU	S. TOMÉ E PRÍNCIPE
ARÁBIA SAUDITA	EL SALVADOR	MADAGÁSCAR	S. VINCENTE E GRANADINAS
ARGÉLIA	EMIRATOS ÁRABES UNIDOS	MALÁSIA	SANTA LÚCIA
ARGENTINA	EQUADOR	MALDIVAS	SENEGAL
ARMÉ니아	ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	MALI	SEYCHELLES
ARUBA	ETIÓPIA	MARIANAS DO NORTE	SINGAPURA
AUSTRÁLIA	FIDJI	MARTINICA	SÍRIA
AZERBEIJÃO	FILIPINAS	MAURITÂNIA	SURINAME
BAHAMAS	GABÃO	MAYOTTE	TAILÂNDIA
BAHREIN	GÂMBIA	MÉXICO	TAIWAN
BANGLADESH	GANÁ	MOÇAMBIQUE	TANZÂNIA
BARBADOS	GEÓRGIA	MONGÓLIA	TIMOR-LESTE
BELIZE	GRANADA	MONTSERRAT	TOGO
BENIM	GUADALUPE	MYANMAR	TRINIDADE E TOBAGO
BERMUDAS	GUATEMALA	NAMÍBIA	TURKS E CAICOS
BOLÍVIA	GUIANA	NICARÁGUA	TURQUEMÊNISTÃO
BOTSWANA	GUIANA FRANCESA	NÍGER	URUGUAI
BRASIL	GUINÉ	NIGÉRIA	UZBEQUISTÃO
BRUNEI	GUINÉ EQUATORIAL	NORFOLK	VENEZUELA
BURKINA FASO	GUINÉ-BISSAU	NOVA CALEDÓNIA	VIETNAM
BURUNDI	HAITI	NOVA ZELÂNDIA	ZÂMBIA
BUTÃO	HONDURAS	OMÃ	
CABO VERDE	HONG KONG	PANAMÁ	
CAIMÃO	IEMEN	PAPUA E NOVA GUINÉ	
CAMARÕES	ILHAS VIRGENS BRITÂNICAS	PARAGUAI	
CAMBODJA	ILHAS VIRGENS E.U.A.	PERÚ	
CANADÁ	ÍNDIA	POLINÉSIA FRANCESA	
CAZAQUISTÃO	INDONÉSIA	PORTO RICO	
CHILE	IRÃO	QATAR	
CHINA	JAMAICA	QUÉNIA	
COLÔMBIA	JAPÃO	QUIRGUISTÃO	
COMORES	JORDÂNIA	REP. DEMOCRÁTICA DO CONGO (ZAIRE)	
COOK	KUWAIT	REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA	
COREIA DO NORTE	LAOS	REPÚBLICA DO CONGO	
COREIA DO SUL			
COSTA DO MARFIM			

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Quebra isolada de vidros



Cláusula 1ª - Definições

Para efeito da presente Condição Especial considera-se:

VIDRO: O pára-brisas, tecto de abrir e o óculo traseiro e laterais do veículo seguro;

QUEBRA ISOLADA: Dano sofrido no veículo seguro em consequência da quebra de vidros por qualquer causa não excluída na Apólice.

Cláusula 2ª - Âmbito da Cobertura

A presente Condição Especial garante ao Segurado o ressarcimento dos danos que resultem da quebra de vidros do veículo seguro.

Cláusula 3ª - Exclusões

Sem prejuízos das exclusões previstas nas cláusulas 5ª e 40ª das Condições Gerais, não ficam garantidos ao abrigo da presente Condição Especial as seguintes situações:

- a) Quebra de quaisquer faróis ou farolins e espelhos retrovisores;
- b) Danos que consistam em riscos, raspões, fendas ou que ocorram em consequência de operações de montagem ou desmontagem ou instalações defeituosas;
- c) Quebra de tecto de abrir, quando o mesmo for um extra conforme definido na cláusula 38ª, e não tiver sido devidamente valorizado pelo Tomador do Seguro/Segurado.

Cláusula 4ª - Condições de Funcionamento da Cobertura

1. Ocorrendo quebra de vidros do veículo seguro, e querendo o Segurado usar dos direitos que a presente Condição Especial lhe confere, deverá deslocar-se de forma preferencial a um especialista na reparação e/ou substituição deste tipo de dano.
2. Ocorrendo quebra de vidros do veículo seguro, a substituição do vidro só será equacionada após análise técnica que determine a manifesta impossibilidade da sua efectiva reparação.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Choque, colisão e capotamento



Cláusula 1.ª - Definições

Para efeito da presente Condição Especial considera-se:

CHOQUE: Danos no veículo seguro resultantes do embate contra qualquer corpo fixo ou sofrido por aquele quando imobilizado;

COLISÃO: Danos no veículo seguro resultantes do embate com qualquer outro corpo em movimento;

CAPOTAMENTO: Danos no veículo seguro resultantes de situação em que este perca a sua posição normal e não resulte de Choque ou Colisão.

Cláusula 2.ª - Âmbito da Cobertura

A presente Condição Especial garante ao Segurado o ressarcimento dos danos que resultem para o veículo seguro em virtude de choque, colisão ou capotamento.

Cláusula 3.ª - Exclusões

Para além das exclusões previstas nas cláusulas 5ª e 40ª das Condições Gerais, não ficam garantidas ao abrigo da presente Condição Especial as seguintes situações:

- a) Danos provenientes do mau estado das estradas ou caminhos, quando deste facto não resulte choque, colisão ou capotamento;
- b) Danos nas jantes, câmaras de ar e pneus, excepto se resultarem de choque, colisão ou capotamento e quando acompanhados de outros danos ao veículo;
- c) Danos resultantes da circulação em locais reconhecidos como não acessíveis ao veículo;
- d) Causados por objectos transportados ou durante operações de carga e descarga;
- e) Danos causados em extras, tal como definido na cláusula 38ª, quando os mesmos não forem devidamente valorizados pelo Tomador do Seguro / Segurado;
- f) Danos que consistam em lucros cessantes, perdas de benefício ou de resultados para o Tomador do Seguro e/ou Segurado em virtude de privação de uso, gastos de substituição ou depreciação do veículo seguro em consequência de sinistro.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Incêndio, raio ou explosão



Cláusula 1.ª - Definições

Para efeito da presente Condição Especial considera-se:

INCÊNDIO, RAIOS OU EXPLOSÃO: Dano no veículo resultante da ocorrência de qualquer destes eventos, quer este se encontre em marcha ou parado, recolhido em garagem ou em qualquer outro local.

Cláusula 2.ª - Âmbito da Cobertura

A presente Condição Especial garante ao Segurado o ressarcimento dos danos causados ao veículo seguro em consequência de incêndio, queda de raio ou explosão, quer o veículo se encontre em marcha ou parado, quer esteja recolhido em garagem ou noutro local.

Cláusula 3.ª - Exclusões

Para além das exclusões previstas nas cláusulas 5ª e 40ª das Condições Gerais, não ficam garantidas ao abrigo da presente Condição Especial as seguintes situações:

- a) Danos na aparelhagem ou instalação eléctrica, quando resultem de queda de raio;
- b) Danos causados em extras, tal como definido na cláusula 38ª quando os mesmos não forem devidamente valorizados e identificados nas Condições Particulares;
- c) Danos provocados por incêndio ou explosão que tenha origem em actos ou omissões dolosos do Tomador do Seguro, Segurado, ou de pessoas que com eles coabitem, pessoas que se encontram ao seu serviço, ou por quem, em geral, aqueles sejam civilmente responsáveis;
- d) Danos directamente produzidos por lama ou alcatrão ou outros materiais utilizados na construção das vias.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Furto ou roubo



Cláusula 1.ª - Definições

Para efeito da presente Condição Especial considera-se:

FURTO OU ROUBO: O desaparecimento, destruição ou deterioração do veículo por motivo de furto, roubo ou furto de uso (tentados ou consumados).

Cláusula 2.ª - Âmbito da Cobertura

A presente Condição Especial garante ao Segurado o ressarcimento dos danos causados ao veículo seguro por furto ou roubo, quer estes se traduzam no desaparecimento, na destruição ou deterioração do veículo e/ou dos seus componentes, quer na subtração de peças fixas e indispensáveis à sua utilização.

Cláusula 3.ª – Exclusões

Para além das exclusões previstas nas cláusulas 5ª e 40ª das Condições Gerais, não ficam garantidas ao abrigo da presente Condição Especial as seguintes situações:

- a) Danos que consistam em lucros cessantes, perda de benefícios ou de resultados para o Tomador do Seguro e/ ou Segurado em consequência de privações de uso, gastos de substituição ou depreciação do veículo seguro;
- b) Furto ou roubo cometido por pessoas que coabitem ou dependam economicamente do Tomador do Seguro / Segurado, pessoas que se encontram ao seu serviço, ou por quem, em geral, aqueles sejam civilmente responsáveis;
- c) Danos directamente produzidos por lama ou alcatrão ou outros materiais utilizados na construção das vias.

Cláusula 4.ª - Condições de Funcionamento da Cobertura

1. Ocorrendo furto ou roubo, e querendo o Segurado usar dos direitos que a presente Condição Especial lhe confere, deverá apresentar assim que possível queixa às autoridades competentes e promover as diligências ao seu alcance conducentes à descoberta do veículo e dos autores do crime.
2. Ocorrendo furto ou roubo que dê origem ao desaparecimento do veículo, o Segurador obriga-se ao pagamento da indemnização devida, decorridos que sejam sessenta (60) dias sobre a data da participação da ocorrência à autoridade competente, se ao fim desse período não tiver sido encontrado.

Seguros LOGO, SA
Sede: R. D. Manuel II, 290, 4001-809 Porto
Tel: 213 306 605 • Fax: 213 584 214 • www.logo.pt
Capital Social: €20.000.000 • Registo C.R.C. Porto e NIPC: 508 278 600

LINHA CLIENTE: 218 546 212 / 226 055 603

Email: cliente@logo.pt